

“A Democracia é a questão da minha vida”

Ana Drago

Escutar a Cidade – 12 fevereiro 2015

Quem me apresentou teve a simpatia de não revelar a minha idade, mas aqui vai: estou a aproximar-me dos 40 anos. E ando a ensaiar algumas frases que sirvam de síntese destas minhas quatro décadas. Ultimamente tenho tentado esta: “Em toda a minha vida” – com 40 anos posso começar a falar assim – “a questão da democracia foi a grande questão.”

De facto, a forma como encontramos voz no espaço da comunidade, as questões da dignidade, da justiça, da solidariedade, da generosidade, da partilha, de um destino comum, da capacidade colectiva de nos organizarmos sempre foram algumas das minhas principais inquietações.

Também é verdade que toda a minha vida discuti aquilo a que comumente chamamos a crise da democracia. Parece que nasci no tempo errado. Vivo no momento em que a democracia parece ter triunfado no espaço geopolítico e se transforma quase no lugar comum da maior parte dos discursos dos responsáveis das grandes organizações internacionais, chefes de estado e até líderes de grandes corporações e multinacionais, mas este é também o exato momento em que a democracia tropeça sobre ela própria; a democracia parece ter triunfado e, nunca como antes, discutimos tão seriamente a sua crise.

Devo fazer um aviso: tenho algum medo de que o meu envolvimento neste tema não consiga trazer mais do que um conjunto de problemas e lugares comuns que, em certa medida, nós já partilhamos; e que, pelo contrário, algumas soluções que eu vá apontando, sejam soluções que vacilam, que se auto-questionam, soluções precárias, transitórias, à experiência. Mas este é também o tempo de as irmos sopesando e vendo se elas funcionam e dão resposta às nossas inquietações.

Um dos debates que acompanho nos últimos anos foi lançado por um académico que teve a sorte de ter conseguido cunhar um conceito – coisa rara pela qual os académicos lutam: a capacidade de dar o nome certo ao tempo que se está a viver.

No ano 2000, desafiado pela Sociedade Fabiana Inglesa, Colin Crouch escreveu um texto em que introduziu o conceito da *pós-democracia*. Diz ele, olhando para o tempo político depois da queda do Muro de Berlim e para o que aconteceu nos anos noventa, que o conceito de democracia se foi transformando numa palavra vitoriosa e num conceito comumente partilhado na esfera internacional e, em simultâneo, nunca, como depois

dos anos noventa, existiu uma tão alargada percepção de falha e de redução da própria amplitude e vocação emancipadora do conceito de democracia.

Ficámos presos numa espécie de teia processual, em que a democracia se reduz a um mero processo eleitoral. A análise do procedimento democrático é entregue a especialistas que privilegiam, fundamentalmente, a análise performativa dos políticos eleitos como representantes do povo. Ao mesmo tempo, estreitam-se as perspetivas e os projetos políticos possíveis e defensáveis dentro do quadro democrático. Assim, depois de 200 anos de conflito político em torno da ideia de democracia, ou seja, em torno da ideia da política moderna – soberania, igualdade, liberdade –, lançada pela Revolução Francesa, reduz-se a capacidade emancipatória e o espaço de possibilidade aberto pelos movimentos democráticos.

Enquanto isto, a ideia de democracia foi sendo apropriada por instâncias de dominação internacional – agências internacionais, governos hegemónicos – criadores de um jargão mais ou menos tecnocrático que usa a palavra democracia e as técnicas de auscultação democrática desde que esses discursos e técnicas não coloquem verdadeiramente em causa o sistema político, as relações de poder, o quadro geopolítico que conhecemos a partir dos anos noventa. A tecnologia ligada a procedimentos democráticos que vimos nascer na última década do século passado criou uma espécie de naturalização sobre a questão das desigualdades, sobre a invisibilidade de determinados grupos, culturas ou segmentos da sociedade e até uma distorção sobre sujeitos políticos que não são representados/apresentados nos seus próprios termos, mas sim de forma distorcida.

Reivindicar a justiça

E é exatamente porque o projeto, o desafio, a aspiração, a expectativa lançados pela democracia parecem ter-se reduzido no exato momento em que ela se tornou triunfante, que vários movimentos sociais que hoje batalham pela transformação das relações políticas e das relações de poder, abandonaram de uma forma tácita o chamado desafio democrático – soberania popular, igualdade e liberdade – e vieram substituir a palavra democracia por uma outra reivindicação: a reivindicação de justiça, de fazer parte.

Há mesmo um filósofo francês, Jacques Rancière, que nos diz que a política não acontece todos os dias. Há a política geral, de que somos observadores quotidianos, mas a política acontece realmente quando aqueles que não têm voz, aqueles que não fazem parte, vêm colocar em causa a estrutura social e a repartição de significados, de recursos, de riqueza e de capacidade de atuação vigentes. É esta nova palavra, a palavra

justiça, que vem hoje responder às dificuldades e às crises do projecto democrático.

Nem por acaso: estive hoje numa manifestação organizada por um conjunto de pessoas ligadas ao Moinho da Juventude em torno dos recentes acontecimentos de violência policial na Cova da Moura. Creio que é exatamente sobre os chamados ausentes e invisíveis do espaço democrático que era importante que começássemos a falar.

A questão da visibilidade é determinante para a ilusão de inclusão democrática nas sociedades contemporâneas. A comunicação social, aquilo que chamamos sociedade de informação, cria em cada um de nós – expostos a notícias minuto a minuto, ligados a televisões que nos oferecem debates de todo o tipo, adictos da internet onde saltamos entre vários sites e notícias – a ilusão sedimentada de que sabemos o que existe; a ilusão de que sabemos quem existe e o que diz cada um dos grupos que existe e pertence à sociedade.

É verdade: alguns destes grupos ausentes e invisíveis surgem às vezes na comunicação social. Mas, em geral, são representados em termos que não são os seus, não da forma como as pessoas representam a sua própria identidade; e, quase sempre, com um conjunto de arestas bem polidas.

O resultado desta ilusão quanto ao conhecimento que julgamos ter do que existe na nossa sociedade é uma espécie de naturalização da desigualdade. Algo que muito me inquieta na sociedade portuguesa é a forma como, nos últimos quatro anos, em grande parte da comunicação social, a questão da pobreza foi sendo trabalhada. A pobreza surge como uma fatalidade que decorre de condições difíceis que o país está a viver, mas raras vezes a palavra justiça, ou expectativa de emancipação, surge justaposta nos retratos, até comoventes, que a comunicação social vai mostrando.

Uma das experiências mais perturbantes para uma pessoa que, como eu, no momento em que abandonou a Assembleia da República reduziu o mais possível a sua exposição à televisão e à torrente mediática, deu-se enquanto estava sentada num espaço público diante de um daqueles enormes plasmas que agora estão presentes em quase todos os espaços públicos – sejam eles um café, uma estação ou outro. Naquele caso era o bar da universidade. Havia um plasma que emitia um programa matinal, sem som, e mostrava um bairro periférico de Lisboa – diria eu pelas imagens que ia vendo – com uma pivô de telejornal, bastante pintada como se exige a uma pivô de telejornal, à porta de uma casa, microfone em punho. Enquanto eu esperava pela pessoa que tardava para o meu encontro, ia olhando para as imagens. E vi isto: a pivô caminha pela porta de um quintal, bate à porta e abre-lha uma rapariga que devia ter os seus 25 anos, ar cansado, cabelo amarrado na nuca – aquele mesmo carrapito que as mulheres portuguesas que trabalham e tomam conta da família usam há

séculos – e uma criança pequena de dois anos agarrada à camisola. Sem ouvir o que se passava, vi a rapariga falar com a jornalista a quem tinha aberto a porta, esta a sorrir, a entrar para dentro da casa, uma casa pobremente mobilada. De repente, escancara-se a porta da casa e entra um conjunto de rapazes com sacos de compras de supermercado. E a rapariga de cabelo apanhado na nuca, com ar cansado, desata a chorar e abraça a jornalista pintada.

Penso que há algo de profundamente obscuro na forma como retratamos o auxílio a quem vive numa situação de pobreza, na forma como expomos uma certa solidariedade ou encenamos de modo tão violento a partilha. É, portanto, com alguma dificuldade que vejo estes sacos de comida entrar na casa dos pobres, ou a campanha que foi feita pela Antena 1 para combater a pobreza infantil. Creio que falta em todas estas imagens e histórias de pobreza a palavra justiça, a palavra emancipação.

O segundo aspecto que creio que é importante nas questões da visibilidade é a representação do outro. Sobre a Cova da Moura e a manifestação onde hoje estive, é curioso como, acerca dos grupos subalternos, actua sempre a mesma estratégia: ou são perigosos ou são infantis e não sabem cuidar deles próprios. O mesmo foi dito sobre as mulheres durante tanto tempo: ou são perigosas – e a Igreja por vezes bem o disse –, ou são infantis e têm de ser tuteladas. Também agora, grupos de pobres, segmentos da sociedade não representados dentro do espaço central da cidade, são de novo assim representados: ou são perigosos e a polícia tem de ter uma actuação violenta ou são infantis e não lhes podemos dar a capacidade de eles próprios se organizarem; é preciso estender o braço de alguém que seja capaz de os ajudar, de os tutelar e, assim, eles podem ser representados.

Sobre os pobres, sobre os invisíveis, há sempre alguém que vem descodificar as suas pretensões e as suas reivindicações, para que, como Rancière dizia, possamos perceber aquele ruído que estão a fazer, como se não houvesse uma palavra, um discurso, uma identidade, uma cultura própria, como se os protestos sociais dos pobres fossem uma espécie de ruído...

Abrir espaços de respiração

Terceira questão: a destruição da cultura popular e das culturas de classe. A sociedade de consumo cultural massificado produziu algo terrível nas sociedades democráticas: quebrou o nosso espaço de encontro, de co-presença e de criação das nossas linguagens e substituiu-o por uma espécie de cultura popular limada, sempre distorcida. Ela não pode ter o conteúdo político do hip-hop e do rap que ouvimos nesta sessão e que se transformou,

para os segmentos suburbanos de tantas cidades pelo mundo fora, na sua forma de expressão e atuação política.

Por fim, quero sublinhar a forma como colocamos de fora e tratamos como terrorista, radical, utópica e irrealista qualquer cultura de ativismo político que seja radical. Estamos na sala onde se reúne a Assembleia Municipal de Lisboa e soubemos hoje, por uma notícia de jornal, que a Câmara Municipal de Lisboa pretende perdoar ao Benfica, por obras que têm de ser feitas em espaços não licenciados, taxas municipais no valor de 1,8 milhões de euros. Este mesmo executivo da CML fez uma luta sem quartel contra um coletivo ocupante de uma casa abandonada, propriedade da Câmara. Esta distorção na forma como enfrentamos culturas conflituais e formas de ativismo político representa o estreitamento do projeto democrático e a incapacidade de o abrirmos a novas expectativas.

O problema da democracia de hoje é, também, o problema da representação destes espaços e destas culturas tornadas invisíveis. É verdade que, em Portugal, com raízes na nossa história da Ditadura e no papel simbólico dos partidos políticos durante o processo revolucionário, tivemos um processo de normalização democrática – assim foi batizado – que extinguiu o apoio a modelos de organização popular, bem como formas de representação e intervenção de base. Uma normalização democrática que estreitou e concentrou a participação política quase exclusivamente ao espaço dos partidos, cujas estruturas têm também um determinado enviesamento social e reforçam a exclusão daqueles que já são excluídos da sociedade. Isso vem também da cultura política dos diferentes partidos portugueses.

O que é necessário, hoje, é reinstaurar alguma forma de conflito político que nos permita abrir possibilidades, abrir espaços de respiração para que a nossa participação democrática não fique apenas pela escolha das cores das paredes das nossas instituições, mas consiga verdadeiramente afrontar as questões da desigualdade, da invisibilidade, da exclusão e da violência.

E voltamos à cidade. Uma das emergências mais interessantes dos últimos anos é a forma como diferentes movimentos sociais, em diferentes espaços continentais, se têm vindo a apropriar de uma palavra de ordem lançada em 1968 por Henri Lefèbvre: o direito à cidade. O direito à cidade, pela capacidade de recuperarmos a nossa vontade transformadora, de reinstaurar a ideia de cidadania como membros de igual estatuto de uma cidade, mas mais do que isso: é a ideia de que, na cidade, confluem as diferenças. E é por isso que o ar da cidade liberta: porque aqui nos encontramos com os diferentes. E essa co-presença com a diferença, com a multiplicidade que o mundo contemporâneo traz à cidade, torna-nos a todos cidadãos mais tolerantes, mais percetivos, mais capazes de criar as redes

necessárias que, respeitando essa diferença, sejam também elas mais solidárias.

Temos de fazer um esforço para criarmos momentos de co-presença. Não basta ir ao Facebook clicar qualquer coisa de inspirado e extremamente indignado – como dizia recentemente um anarquista: quando abrimos o Facebook parece que está uma revolução a acontecer. Não chega. Temos de praticar a generosidade de nos encontrarmos em espaços comuns, em co-presença, a generosidade de aceitar as nossas diferenças e de construir caminhos partilhados.

E fazer um esforço deliberado de trazer para o espaço dessas reuniões em co-presença os testemunhos dos movimentos suburbanos, dos pobres urbanos que fazem hoje grande parte da população pobre em todo o mundo. E devemos fazê-lo exactamente aqui, em espaços como este, onde louvamos a nossa presença na cidade.

Muito Obrigada!